

Trajetórias profissionais e instituições científicas na Era Vargas: a atuação científica e política de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1941)

Professional trajectories and scientific institutions in the Vargas Era: The scientific and political performance of Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1941)

Diego Rodrigo Guimarães Leal | Universidade Federal do Pará

diego.leal1205@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9656-8984>

RESUMO O presente artigo situa-se no campo da história das ciências e se propõe analisar a atuação científica e política de Carlos Estêvão de Oliveira como diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, PA), cuja gestão se estendeu por mais de uma década. O intelectual pernambucano ocupou diversas funções nas instituições científicas e nos conselhos técnicos inaugurados no governo Vargas. O período é caracterizado na historiografia pelo processo de nacionalização dos institutos e dos conselhos brasileiros como pelo envolvimento de cientistas, intelectuais, técnicos e funcionários públicos em projetos e ações de âmbito federal. Busca-se, portanto, compreender, a partir de um estudo de caso, a relação do Museu Goeldi com as políticas desenvolvimentistas de Vargas.

Palavras-chave instituições científicas – ideário político – governo Vargas.

ABSTRACT *The present article is situated in the field of history of sciences and proposes to analyze the scientific and political performance of Carlos Estêvão de Oliveira as director of the Museum Paraense Emílio Goeldi (Belém, PA), whose management lasted for more than a decade. The intellectual from Pernambuco occupied several positions in scientific institutions and in the technical councils inaugurated by the Vargas government. The period is characterized in historiography by the process of nationalization of the Brazilian institutes and councils as well as by the involvement of scientists, intellectuals and civil servants in federal projects and actions. The goal is, therefore, to understand, through a case study, the relationship between the Goeldi Museum and Vargas developmental policies.*

Keyword *scientific institutions – political ideology – Vargas government.*

Introdução

O controle e a integração da região amazônica mereceram particular atenção do governo brasileiro ao longo do século XX. Esse assunto foi objeto de assíduas discussões por se tratar de uma região que passou a despertar o interesse do governo norte-americano e dos bem-sucedidos grupos financeiros que almejavam explorar seus recursos naturais, considerados inesgotáveis. Na análise do historiador Seth Garfield (2009), o crescente interesse que a Bacia Amazônica despertou durante e após a Segunda Guerra Mundial estava relacionado à sua utilidade econômica. Com a ocupação dos seringais asiáticos pelo exército imperial japonês, o látex produzido nesta região deixou de ser fornecido à indústria norte-americana e europeia, gerando, como consequência desse processo, enormes danos financeiros aos agentes envolvidos.

Para contornar essa crise financeira, as economias industriais que haviam se tornado bastante dependentes desta *commodity* – a exemplo dos EUA – implementaram uma série de medidas visando diversificar os mercados fornecedores além de investir no desenvolvimento da borracha sintética. Os adeptos progressistas do New Deal acreditavam que a produção de látex na Amazônia sustentaria a produção industrial e romperia com a dependência de fontes do Sudeste Asiático (Garfield, 2009).

A Amazônia brasileira ocupou papel relevante na política de recuperação fomentada pelos EUA após a quebra da Bolsa de Nova York (1929) e também com a interrupção do fornecimento de látex asiático. Essa aproximação foi intermediada por acordos diplomáticos e políticas culturais subsidiadas pela Política da Boa Vizinhança, com vistas a estabelecer parcerias comerciais com a América Latina, sem, contudo, torná-la um competidor em potencial. Essa política de Estado recebeu forte influência da teoria da dependência e se expressou em forma de filmes comerciais, documentários e também na literatura, cujo eixo temático procurava ressaltar a natureza amazônica e a sua suscetibilidade intrínseca para modernização, bastando para isso – segundo a autora – o capital e o aparato tecnológico que só os países mais desenvolvidos dispunham (Weinstein, 2007).

Em março de 1942, EUA e Brasil, através dos Acordos de Washington, definiram novas diretrizes para a exploração do Vale Amazônico. O acordo bilateral previa, de um lado, ajuda técnica e financeira dos EUA às políticas desenvolvimentistas do governo brasileiro. Em contrapartida, o Estado brasileiro assumiria o compromisso de fornecer borracha silvestre e minerais para a indústria norte-americana.

O aparato tecnológico e os recursos financeiros disponibilizados pelos EUA ao governo brasileiro, previsto nos Acordos de Washington, ajudaram no incremento da política desenvolvimentista de Vargas durante o Estado Novo, pois propiciaram a eclosão de uma complexa engenharia institucional na Amazônia, constituída, em sua configuração organizativa, pelo Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (Semta), requalificado anos mais tarde como Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores (Caeta), o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (Sava) e o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (Snaapp) (Guillen, 1997; Secreto, 2011). Buscava-se, com isso, garantir, ao mesmo tempo, suprimento de matéria-prima às demandas dos países aliados envolvidos na Segunda Grande Guerra e a integração territorial

desta região ao restante do país, consubstanciados no programa governamental Marcha para o Oeste e no Discurso do Rio Amazonas.

Esse projeto não foi consolidado apenas com investimentos financeiros. O governo brasileiro também adotou estratégias político-ideológicas com o objetivo de validar sua intervenção na Amazônia. Inúmeras representações foram forjadas pela elite intelectual que estava vinculada aos planos nacionalistas do governo interventor e por meio dela procuraram retratar e explicar as razões que teriam impedido o desenvolvimento socioeconômico da região durante séculos.

Andrade (2010), analisando a produção literária acerca da região amazônica no contexto da ditadura varguista, conseguiu identificar a influência intelectual que alguns escritores brasileiros tiveram na configuração do imaginário político e ideológico do novo regime. Para o autor, os escritos de Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Rangel (1871-1945) e Alfredo Ladislau transcenderam os limites do seu contexto de produção. Essa produção literária surgiu na Primeira República e abordava diversos temas envolvendo a região amazônica, tais como: clima, civilização e natureza. As obras dos três autores apareceram em contextos bem específicos desse período. Enquanto as obras de Cunha e Rangel vieram a lume no auge da economia da borracha, a de Ladislau foi publicada em 1924, isto é, quando as exportações de látex tinham entrado em colapso, conforme afirma Andrade.

No contexto sociocultural da "República Velha", o vale amazônico é visto pela tangente do neo-hipocratismo, darwinismo social e o determinismo climático e geográfico (Arnold, 2001). Cunha, Rangel e Ladislau receberam forte influência dessas concepções teóricas que estavam em voga em fins do século XIX e início do XX e por meio delas procuraram explicar a realidade social da Amazônia. Para os três autores, a natureza circundante exercia um papel totalizante e determinante na vida dos grupos humanos que habitavam essa região. Nesse sentido, a natureza apresentaria uma dualidade esquizofrênica, pois, ao mesmo tempo que oferece o sustento de que carece o homem para garantir a sua sobrevivência, por outro lado, criava obstáculos quase intransponíveis para viabilizar a colonização da região (Andrade, 2010).

O pós-1937 é marcado por uma efervescente atividade intelectual no Brasil e é a partir desse contexto que a Amazônia ressurgiu sob nova significação política e cultural. Inúmeros intelectuais colaboraram para a elaboração e publicização do ideário varguista e a sua legibilidade assegurou a sua legitimação perante os diferentes segmentos sociais. Cassiano Ricardo foi um dos ideólogos do governo estadonovista e a sua contribuição intelectual foi sumamente importante para estimular o desenvolvimento e a sacralização do projeto de integração econômica das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, denominado Marcha para o Oeste (Secreto, 2011). Ambas as regiões aparecem no discurso oficial como espaços "vazios" e "desabitados" e, sob essa justificativa, precisariam ser integradas ao corpo da nação.

Algumas das ideias e reflexões propostas por Cunha, Rangel e Ladislau sobre a região foram absorvidas e reelaboradas pelo pensamento social dos intelectuais estadonovistas. Para os ideólogos do novo regime, os males que acometiam a região não estavam associados aos fatores climáticos e ambientais, mas sim aos governos da República Velha. Esse argumento foi usado recorrentemente para justificar o projeto de Estado do governo interventor na Amazônia. Segundo Mônica Pimenta Velloso (1982), essa linhagem de intelectuais estava dividida em duas categorias e desempenhava funções bem específicas no projeto ideológico do novo regime, mas que eram complementares. Desse modo, a primeira categoria seria formada pela "elite intelectual" e a eles coube o encargo de elaborar e manipular as representações que conformariam

a retórica governista. Na segunda categoria estavam os “intelectuais menores” e a tarefa que a eles foi delegada era difundir, através dos diferentes canais de comunicação, o imaginário social concebido pela elite intelectual.

Esse conjunto de interpretações e representações acerca da Amazônia foi elaborado em contextos bem definidos e foram apropriados para justificar e legitimar projetos governamentais, tal como ocorreu com os escritos de Cunha, Rangel e Ladislau. Para Coelho (2001), os escritos de Euclides da Cunha, Arthur Cezar Ferreira Reis, Domingos Antônio Raoil, Vicente Salles, Roberto Santos e Bárbara Weinstein acerca da Amazônia trazem uma importante contribuição para diversos campos do conhecimento, sobretudo para as ciências humanas, pois, proporcionam “uma visão de processos sociais passados, demarcando campos de investigação, modelos interpretativos e debates historiográficos” (Coelho, 2001, p. 190). Esse grupo de intelectuais foi definido pelo autor como intérpretes da Amazônia.

Para melhor explorar o assunto, que ainda não foi devidamente investigado pela historiografia, estruturei o artigo em três tópicos. No primeiro tópico, fiz uma breve análise sobre a importância que as instituições científicas e os conselhos técnicos tiveram na política desenvolvimentista de Vargas e de controle do território nacional. No segundo tópico, fiz um estudo sucinto da biografia de CEO. No terceiro e último tópico, foi discutida a participação do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) no projeto de incentivo à piscicultura no Brasil.

Reformas político-institucionais na Era Vargas e a requalificação do Museu Paraense Emílio Goeldi

No Brasil, com o triunfo do movimento revolucionário em 1930, foi realizada uma série de reformas político-institucionais. A centralização e concentração do poder decisório e a criação do sistema de interventorias, possibilitaram ao chefe do Executivo federal um controle administrativo mais rigoroso das unidades federativas, além de limitar a atuação política das elites agrárias insatisfeitas com a nova burocracia estatal. O apoio da jovem oficialidade do Exército, que havia participado ativamente do movimento tenentista em 1920, e de aliados civis simpáticos às propostas reformistas defendidas pelo novo regime, foram incontestavelmente decisivos para a sacralização desse projeto de Estado assumidamente autoritário e nacionalista.¹

Os anos iniciais do governo Vargas se caracterizaram pelo surgimento de novas instituições e conselhos técnicos. Para impulsionar o desenvolvimento econômico e industrial do país, a alta burocracia do governo federal deliberou, em 1934, pela criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV) e o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA) no qual estavam organicamente atrelados à esfera do recém-criado Ministério da Agricultura.² A fundação do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas (SNPA), em 1938, foi a expressão mais acabada dessa política desenvolvimentista, a qual se fez representar através dos Institutos Agrônomicos Regionais, a saber:

- 1 O governo Vargas é um tema bastante recorrente na historiografia brasileira. Ver, por exemplo, Camargo (1999), Carvalho (1999, 2001), Diniz (1999) e Pandolfi (2013).
- 2 A promulgação do Decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, e do Decreto n. 24.540, de 3 de julho do mesmo ano, levaram ao surgimento de todos esses departamentos, considerados estratégicos para o projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas.

o Instituto Agrônomo do Norte (Belém/PA), o Instituto Agrônomo do Nordeste (Recife/PE), o Instituto Agrônomo do Leste (Cruz das Almas/BA), o Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola (Campo Grande/RJ), o Instituto Agrônomo do Oeste (Sete Lagoas/MG), e o Instituto Agrônomo do Sul (Pelotas/RS). Sua principal atribuição nos planos de Vargas seria “promover a pesquisa e conduzir os trabalhos experimentais que visassem o progresso da agricultura regional sob jurisdição”.³ O conhecimento do clima, relevo e vegetação de cada mesorregião foi importante para a administração do território brasileiro.

Além da preocupação com o aumento e diversificação da produção agrícola, o governo interventor se ocupou também com a defesa daquilo que passou a ser entendido, no seu imaginário político e ideológico, como patrimônio biológico, etnológico, arqueológico, faunístico e florístico do Brasil. Para levar a efeito esse projeto governamental, elaborado em parceria com cientistas, intelectuais e funcionários públicos, foi determinado, ainda nos anos de 1930, a criação de outros institutos técnico-científicos federais que se tornaram referência na produção e difusão do conhecimento científico, no controle e fiscalização do território nacional, em ações voltadas para a salvaguarda da cultura material e imaterial das comunidades indígenas, e na patrimonialização de bens públicos e naturais com o objetivo de assegurar a unidade territorial, cultural e histórica do país (Grupioni, 1998; Franco, Drummond, 2009; Franco, 2002; Duarte, 2010). Nesse sentido, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB), o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Sphan), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Serviço de Proteção Indígena (SPI) assumiram função estratégica na política de ocupação e integração das fronteiras.

Esses institutos técnico-científicos federais estabeleceram parcerias interinstitucionais entre si e também com instituições públicas não federalizadas. Um dos núcleos científicos brasileiros que mais esteve envolvido nessa política de Estado foi o Museu Paraense Emílio Goeldi (PA). Sob a gestão de Carlos Estêvão de Oliveira, a instituição estabeleceu inédito intercâmbio científico com institutos e conselhos técnicos federais sediados em sua grande maioria no Rio de Janeiro, então capital da República. Essa nova engenharia institucional forjada na Era Vargas também possibilitou aos intelectuais e cientistas brasileiros sua circulação em outros domínios institucionais e a acumulação de cargos na administração pública, na esfera federal e estadual (Figueiredo, 2001).

A atuação política e científica de CEO⁴ no aparelho estatal da Era Vargas foi exemplar no que concerne a participação de cientistas e intelectuais na formação do Estado brasileiro. Participou do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil onde exerceu a função de delegado do estado do Pará até 1941 e também foi membro consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, onde se envolveu na elaboração de projetos voltados para patrimonialização e monumentalização de bens públicos e naturais e também de objetos de valor histórico e artístico. Para Malhano (2002) e Chuva (2009), a gênese do Sphan estava intimamente associada as políticas culturais levadas a efeito pelo governo estado-novista com a finalidade de reorganizar o campo patrimonial brasileiro. Esse processo levou ao surgimento de uma concepção de monumentalidade que estava fundamentada em uma ideologia nacionalista, concebida por intelectuais e arquitetos modernistas, por meio da

3 *Instituto Agrônomo do Norte*: histórico, objetivo, organização, pesquisas. Belém: Instituto Agrônomo do Norte. (Biblioteca Embrapa Amazônia Oriental. ID: 4674-1, Registro: 00634. Belém, PA, 1962. p. 4).

4 Doravante utilizarei essa sigla para me referir a Carlos Estêvão de Oliveira.

qual almejavam encontrar uma definição para a identidade brasileira.⁵ Essa foi uma característica marcante na gestão de CEO.

Esse período coincide com o processo de institucionalização das ciências biológicas no Brasil, em particular a ictiologia. Esse ramo da biologia aparece institucionalizado na Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (CTPN) e se tornou um eficiente instrumento na produção em larga escala de peixes em cativeiro. Esse projeto institucional tinha estreita relação com a política de aproveitamento econômico e social dos açudes e lagos situados no Nordeste, conforme previsto no Código de Águas (Decreto n. 24.643, de 10 jun. 1934) e o Código de Caça e Pesca (Decreto n. 23.672, de 2 jan. 1934) e o desenvolvimento da piscicultura, no pensamento social de Vargas, se apresentava naquele momento como solução para os problemas da seca e da fome (Oliveira, 2022). De acordo com este autor, o projeto de incentivo a piscicultura no Brasil também estava atrelado à política de diversificação de proteína animal e de nutrição da população. O MPEG teve destacada participação nesse projeto de governo ao contribuir para o desenvolvimento da piscicultura no Brasil. Meu objetivo nesse artigo, portanto, é analisar a importância que o MPEG assumiu na política desenvolvimentista de Vargas ao dedicar especial atenção para os estudos ictiológicos no estado do Pará.

Uma breve biografia de Carlos Estêvão de Oliveira

De origem pernambucana, Carlos Estêvão de Oliveira (1880-1946) migrou para o estado do Pará em 1908, na companhia do irmão mais velho, Luís Estêvão de Oliveira, por questões de ordem política. CEO diplomou-se em direito um ano antes de se transferir para Belém, e, a convite do governador Augusto Montenegro, exerceu a função de promotor de Justiça em Alenquer por alguns anos. No fim do mandato do governador do Pará João Antônio Luís Coelho (1909-1913), sucessor de Augusto Montenegro, CEO foi transferido do município de Alenquer para a cidade de Belém, em 13 de fevereiro de 1913, para assumir a função de segundo prefeito de Segurança Pública do estado, o que atualmente conhecemos como delegado de polícia do estado (Cunha, 1989). Permaneceu neste cargo público por apenas um ano, pois veio a ser nomeado, em 29 de abril de 1914, consultor jurídico do departamento de Obras Públicas, Terras e Viação, onde atuou por quase 16 anos consecutivos.

À essa altura, CEO já havia reunido uma larga experiência no funcionalismo público, tornando-se, por esse motivo, uma referência para o interventor Magalhães Barata (1888-1959),⁶ que não hesitou em convidá-lo para assumir a direção do Museu Paraense Emílio Goeldi no ano de 1930. A gestão de CEO à frente desta instituição se estendeu por quase 15 anos,

5 Esse assunto não passou despercebido às observações do historiador Jacques Le Goff (2010, p. 538), cujas reflexões em torno da memória coletiva, afirma que todo documento é um momento e a sua característica fundamental é o de impor ao futuro, de forma voluntária ou involuntária, determinada imagem de si próprias.

6 Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, ao longo da sua trajetória política, assumiu diversos cargos públicos no estado do Pará. Foi nomeado interventor federal do Pará em 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República. Barata permaneceu no exercício desse cargo até 1935, quando, em decorrência da extinção do sistema de interventorias, em 1934, bem como pela cisão que ocorreu no Partido Liberal, ao qual era filiado, acabou não sendo reeleito. Somente em 1943 Barata volta a assumir o mesmo cargo, dando início a sua segunda e pouco duradoura interventoria, a qual findou dois anos depois, em 1945. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfmkaj/https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARATA,%20Magalh%C3%A3es.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

sendo considerada atualmente uma das administrações mais longevas na história da entidade, chegando mesmo a superar a gestão do zoólogo suíço Emílio Augusto Goeldi (1894-1907), fundador e idealizador do Parque Zoobotânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia nos primeiros anos republicanos.

Desde o início de sua administração, CEO, incentivado por Barata, comprometeu-se com o rápido melhoramento de todos os setores do museu. Para tanto, concentrou seus esforços na construção e restauração de áreas de contenção para animais, reorganizou o acervo da instituição, composto apenas por duas seções científicas (zoologia e botânica),⁷ concebeu uma área para o plantio e desenvolvimento de diferentes espécies de palmeiras amazônicas, designada de *Palmarum*, formou e reuniu uma valiosa coleção de peças etnológicas e arqueológicas em suas viagens pelo Pará, Maranhão, Amazonas, Bahia e Minas Gerais. Essas mudanças só foram possíveis porque Barata exigiu que todos os municípios do Pará contribuíssem com doações monetárias e de animais vivos ao Museu Paraense, principalmente espécies curiosas e raras, conforme expresso no Decreto n. 583, de 11 de janeiro de 1932.⁸



Figura 1: Carlos Estêvão de Oliveira, diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi de 1930 a 1945. Fotografia e data não identificados. Fonte: Museu do Estado de Pernambuco (Mepe)/Coleção fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira. Reprodução autorizada.

- 7 Nas gestões de Emílio Goeldi e de Jacques Huber, o MPEG possuía quatro seções científicas: antropologia e arqueologia, zoologia, botânica e geociências. Com a crise da economia da borracha em 1910, o orçamento da instituição foi drasticamente reduzido, e, em decorrência disso, apenas algumas seções científicas passaram a ser priorizadas. Para mais informações sobre a crise da borracha no Pará, ver Weinstein (1993).
- 8 Relação das subvenções fornecidas pelas prefeituras municipais do estado do Pará ao Museu Paraense Emílio Goeldi, de acordo com o decreto n. 583 de 11 de janeiro de 1932, baixado pelo interventor federal Magalhães Barata, correspondente aos anos de 1935, 1936, 1937 e 1938 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estevão de Oliveira, Série Correspondências, Subsérie correspondência Ativa).

Além desse decreto, outros foram assinados por Barata, tendo à frente o Museu Paraense Emílio Goeldi como idealizador de ações voltadas para a exploração da natureza e mesmo gestor de alguns processos administrativos criados no período em foco. Eis alguns exemplos: decreto de 23 de abril de 1931, prevenia a derrubada de matas para roçados e a extração de madeiras de lei; decreto de 9 de setembro de 1932, legislava sobre a aquisição e exportação ilegal de cerâmica aborígine de tribos extintas; decreto de 24 de abril de 1933, dispunha sobre os peixes vivos exportados do estado do Pará e dava outras providências a respeito; decreto de julho de 1933, previa sobre a coleta de peixes vivos para aquários e reprodução em cativeiro; decreto de dezembro de 1933, dispunha sobre as exportações de animais da fauna paraense (Cunha, 1989, p. 110). Em todos eles, o museu assumiu papel de fiscalizador de políticas públicas ou executor de atividades comerciais.

Em seu primeiro mandato como interventor (1930-1935), Magalhães Barata mandou restituir ao nome do museu o termo “Paraense”, eliminado por um decreto de José Paes de Carvalho em 1900, quando o então governador decidiu homenagear Emílio Goeldi por sua atuação no Contestado Franco-brasileiro (Sanjad, 2010). Naquela ocasião, o nome da instituição mudou de Museu Paraense de História Natural e Etnografia, fixado por Lauro Sodré e Emílio Goeldi, para simplesmente Museu Goeldi. No primeiro governo de Barata a instituição passou a ser chamada de Museu Paraense Emílio Goeldi, nome oficializado por meio do Decreto n. 525, de 3 de novembro de 1931 e conservado até os dias de hoje.

Rafaela Paiva Costa (2014) destaca, em sua abordagem, a importância que o MPEG assumiu nas políticas públicas fomentadas pelo governo brasileiro na Amazônia. Essa iniciativa governamental visava o controle, a ocupação e o desenvolvimento econômico da região e ao MPEG caberia a função de fiscalizar e impedir a evasão do patrimônio natural brasileiro. Na concepção da autora, CEO e o interventor Magalhães Barata estavam alinhados a uma suposta corrente preservacionista (Costa, 2014). Discordo dessa interpretação. Em nenhum dos relatórios de governo do interventor Barata, seja em sua primeira interventoria (1930-1935), como na segunda (1943-1945), foi encontrada qualquer referência sobre o assunto. Pode-se dizer o mesmo da longa administração de CEO na diretoria do MPEG no que se refere à fauna amazônica.

Um ano após CEO ter assumido a diretoria do MPEG, foi dado início a uma intensa campanha voltada para captura de animais silvestres pelos interiores do Pará. Todos os animais capturados deveriam ser levados ao Museu Goeldi, e toda despesa decorrente da captura e dos transportes dos animais era coberta com as verbas da própria instituição. Essa medida, inicialmente, visava aumentar a população faunística do Jardim Zoológico que havia sido reduzida drasticamente por causa da insuficiência e do atraso de investimentos fornecidos pelo governo estadual nos últimos anos do regime oligárquico. A falta de verbas se tornou um problema crônico para o MPEG e, para não interromper seu funcionamento, CEO passou a vender os animais do zoo a fim de levantar fundos para a instituição. O apoio político das autoridades locais assim como dos “comandantes e práticos da Amazon River e da Booth J. Co.”, foram fundamentais no processo de repovoamento do Jardim Zoológico ocorrido ao longo da gestão de CEO. Esse processo foi intensificado a partir de 1932, depois que a interventoria federal do Pará determinou que as prefeituras municipais fizessem doações de animais vivos ao MPEG.⁹

9 Circular expedida por Carlos Estêvão de Oliveira aos comandantes e práticos das empresas marítimas Amazon River e Booth J. Co. Belém, 14 fev. 1931, p. 3 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

Em outro trecho desta circular, CEO especifica quais animais eram de maior interesse para o MPEG, dentre os quais são mencionados mamíferos e aves oriundas da natureza amazônica, como se pode observar na transcrição:

Como dei a entender, tudo quanto puder conseguir será recebido pelo Museu com a máxima satisfação. Todavia, no momento, de grande importância seria a aquisição dos seguintes animais mamíferos: Onça (de qualquer espécie); Gato mourisco; Queixada; Cotia cinzenta; Pacarana; Cotia aia; Tatú-canastra; Tatú-peba; Macacos (principalmente Uapussá, Cuxiú, Barrigudo-preto, Logo-logo e Coatá-da-testa-branca); Cachorro-do-mato (de todas as espécies); Peixe-boi; Lontra (das duas espécies); Furão; Acuti-purú (principalmente dos grandes); Mucura d'água; Saguim (de todas as espécies); assim como as aves seguintes: Anambé (de todas as espécies); Arara-azul; Ganso-do-norte; Jacamim, (de qualquer espécie); Jacú (de qualquer espécie, principalmente da conhecida pelo nome de "Cujubim"; Urumutum; Emma; Seriema; Perdiz; Japú (de qualquer espécie); Pomba-aza-branca; Trocal; Juruty-piranga; Arara-juba; Gavião-real; Pavão-do-matto; Galo-da-serra; Garça-da-cabeça-preta; Julabú-assú; Tucanos e Araçaris.¹⁰

Alguns meses depois de feita a solicitação, a diretoria do MPEG passou a receber doações e ofertas de muitos animais trazidos das regiões interioranas do Pará. De janeiro a outubro de 1932, por exemplo, a infraestrutura do Jardim Zoológico precisou ser ampliada, pois a capacidade das áreas de contenção deste anexo foi excedida por efeito da elevada taxa populacional de animais em cativeiro. Em cada área de contenção edificada no espaço museal foram levadas em consideração as necessidades biológicas de cada espécie e os nichos ecológicos a que pertenciam. As obras realizadas no Jardim Zoológico foram as seguintes:

1º Uma gaiola para os "Macacos Barrigudos", medindo cerca de 126 m²; 2º Uma gaiola para os "Macacos Africanos", com 60 m³; 3º Uma gaiola para os "Quatis" medindo 145 m³; 4º Uma gaiola para os "Frangos d'água" e outras aves aquáticas, com 180 metros de cubagem; 5º Uma gaiola para "Garças", com 2.280 m³; 6º Uma gaiola destinada a abrigar passarinhos, com 40 metros de cubagem; 7º Três gaiolas, para "Mucuras" e "Quandús", com 12 metros de cubagem; 8º Dez jaulas para diversos outros mamíferos, tanto os de grande e pequeno porte, contidos em um espaço de 360 m³; 9º Dois currais descobertos destinados para "Antas" com uma área de 600 metros quadrados; 10º Uma gaiola para "Camaleões" e "Jacurarus" medindo 72 m³; 11º Cinco currais para "Queixadas", "Caititus" e "Capivaras" com uma área total de 600 m².¹¹

Esses animais não permaneciam muito tempo no zoológico do museu. Assim que chegavam à instituição, os animais eram anunciados na imprensa local por CEO para logo depois serem negociados. A venda de animais silvestres, assim como de plantas e sementes, se tornou uma

10 Circular expedida por Carlos Estêvão de Oliveira aos comandantes e práticos das empresas marítimas Amazon River e Booth J. Co. Belém, 14 fev. 1931, p. 3 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

11 CEO faz uma descrição detalhada em seu relatório administrativo do projeto de criação da nova infraestrutura do Jardim Zoológico. Belém, 31 out. 1932 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

importante fonte de renda para o MPEG. Essa medida foi tomada por CEO com o respaldo do interventor Barata porque as verbas destinadas pelo Departamento de Finanças do Estado do Pará ao MPEG, além de insuficientes, sofriam recorrentes atrasos.

Em cinco anos de governo, Magalhães Barata se lançou ao desafio de procurar alternativas para reverter os problemas administrativos enfrentados pelo MPEG, com o auxílio do experiente funcionário público CEO, visto que a instituição não tinha fundos para empreender trabalhos científicos, realizar reformas em suas instalações e até mesmo manter suas coleções. A interventoria, por si só, estava impossibilitada de assumir todas as despesas com o processo de revitalização do MPEG, bem como das suas atividades científicas, pois o colapso da economia da borracha no Pará, ocorrido havia quase vinte anos, causara enormes danos financeiros aos cofres públicos.

O MPEG e a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste

Dentre as atividades comerciais em que o MPEG mais se destacou, considero a venda de peixes amazônicos uma das mais importantes. O interesse por esse ramo comercial não foi circunstancial, pois estava associado às políticas de incentivo ao desenvolvimento da piscicultura no Brasil e uma de suas principais finalidades era diversificar a produção de proteína animal, de modo a solucionar o problema da nutrição vivenciado no país, situação que precisava ser superada através de políticas públicas eficientes, o que levou à incorporação da Amazônia a esse projeto desenvolvimentista. Essa estratégia político-econômica implementada no governo Vargas resultou na redução da importação de pescado ao criar um mercado consumidor interno (Oliveira, 2022) e o MPEG contribuiu significativamente para alcançar esse objetivo.

O apoio político e financeiro dos governos estadual e federal foram decisivos para que o MPEG viesse a se tornar um dos mais importantes produtores de peixes no Brasil. Visando impulsionar a indústria da pesca na Amazônia, o governo federal se comprometeu a ajudar CEO na criação do campo de piscicultura e do laboratório de pesquisas ictiológicas¹² no espaço museal. Ao todo, foram autorizadas pelo governo federal cinco subvenções ao museu, correspondentes aos anos 1935, 1936, 1938, 1939 e 1941.¹³ Os recursos foram empregados na expansão do parque, na construção e manutenção do campo de piscicultura e do laboratório de ictiologia,¹⁴ reformas e outras despesas do zoológico e do horto.

12 No eixo central do laboratório, foram inaugurados três grandes aquários, posicionados de forma circular no amplo salão, destinados à reprodução de várias espécies de peixes através da hipofisação. Junto ao prédio, foram instalados tanques com o propósito de receber os alevinos. Belém, 3 ago. 1942 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

13 Carta enviada por Carlos Estêvão ao delegado fiscal do Pará, Alexandre Castro Filho. Belém, 11 nov. 1942 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

14 Como forma de reconhecimento, CEO homenageou Vargas colocando, no salão principal do laboratório, um busto em bronze do ditador, executado pelo artista plástico Hugo Bertozzon. Essa homenagem foi possível graças à doação de Alberto Queiroz, amigo de CEO que trabalhava no Palácio Itamaraty. Belém, 13 out. 1942 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

As fontes documentais consultadas e apuradas na pesquisa revelaram que os subsídios federais ficavam sob o controle do Departamento de Finanças do Estado do Pará antes de serem repassadas ao setor administrativo do Museu Goeldi. Suspeitando de atraso nos repasses e de confisco de parte dessa verba pelo governo estadual, CEO envia um ofício, em 1942, ao delegado do Tesouro Nacional no Pará, Alexandre Castro Filho, pedindo a relação dos valores de cada subvenção autorizada pelo governo federal e o ano correspondente a cada uma delas, de modo a elucidar o assunto.¹⁵ Três dias depois, o diretor do museu recebe as informações que havia solicitado. Na Tabela 1 estão indicados o ano e o valor correspondente de cada subvenção, com exceção da de 1936.

Tabela 1: Relação das subvenções federais que foram entregues ao Museu Paraense nos anos de 1935 a 1941 ¹⁶

1935	Cr\$10.000,00
1937	Cr\$200.000,00
1938	Cr\$100.000,00
1941	Cr\$20.000,00

De acordo com as informações prestadas pela delegacia fiscal federal no Pará, o museu recebeu a soma de Cr\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil cruzeiros), referentes a quatro subvenções autorizadas por Vargas. Esses recursos foram usados, principalmente, para a desapropriação dos terrenos e das residências localizados ao longo da avenida Alcindo Cacela.¹⁷ Por exemplo, as notas fornecidas pelo Departamento de Finanças do Estado do Pará demonstram que as despesas realizadas para a aquisição do imóvel do médico Agostinho Monteiro, um sobrado onde estava instalada sua farmácia, foram bastante elevadas. Foram investidos Cr\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzeiros) apenas em desapropriações, mais da metade dos recursos cedidos pelo governo federal, e mais Cr\$ 244.500,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros) para a construção do laboratório para pesquisas ictiológicas. Ao total, foram gastos cerca de Cr\$ 564.500,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros), dos quais Cr\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros) provinham do governo do Pará. Nos terrenos adquiridos pelo MPEG, como já mencionei, foram instalados lagos e tanques destinados à criação intensiva de várias espécies de quelônios (tartarugas) fluviais e terrestres, como também de inúmeras espécies de peixes amazônicos de água doce, como o pirarucu, pescada, apaiari, tucunaré, piratininga, matrinchã, acará, tambaqui e outras espécies de ornamentação para aquários, atividade considerada importante à época para a economia regional e nacional.

Os ensaios realizados no campo de piscicultura do MPEG ampliaram os conhecimentos sobre a ictiofauna amazônica. CEO, satisfeito com os resultados que estavam sendo alcançados,

15 Idem.

16 Carta enviada por Carlos Estêvão ao governador José da Gama Malcher. Belém, 14 nov. 1942 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

17 É importante esclarecer ao leitor que o atual Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi não ocupava todo o quarteirão até a década de 1940. O processo de expansão da instituição teve início na gestão do zoólogo suíço Emílio Goeldi (1894-1907) e findou na gestão de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1945), quando o governo federal adquiriu os últimos lotes particulares com a finalidade de instalar neles o campo de piscicultura e o laboratório de pesquisas ictiológicas. Para mais informações ver Leal (2021).

enviou uma carta, em 1939, a Getúlio Vargas, prestando informações detalhadas sobre os avanços da piscicultura nas instalações do museu e suas perspectivas para o futuro: “atualmente o museu está aparelhado para fornecer, quando alevinos, mais de três mil larvas, nascidas do seu campo de piscicultura e que estão sendo criadas em tanques. E podemos dizer sem orgulho, mas com satisfação, que para o ano, aquele número poderá ser elevado a trinta mil e talvez mais”.¹⁸ O trabalho que estava sendo desenvolvido pelo MPEG foi definido nas palavras do presidente Getúlio Vargas como “grande trabalho de brasilidade”.¹⁹ As Figuras 2 e 3 apresentam os tanques e os lagos construídos com subsídios federais e as Figuras 4 e 5 uma das visitas feitas pelo presidente Vargas ao MPEG para acompanhar o projeto de reprodução de espécies ictiológicas amazônicas em ambiente preservados.

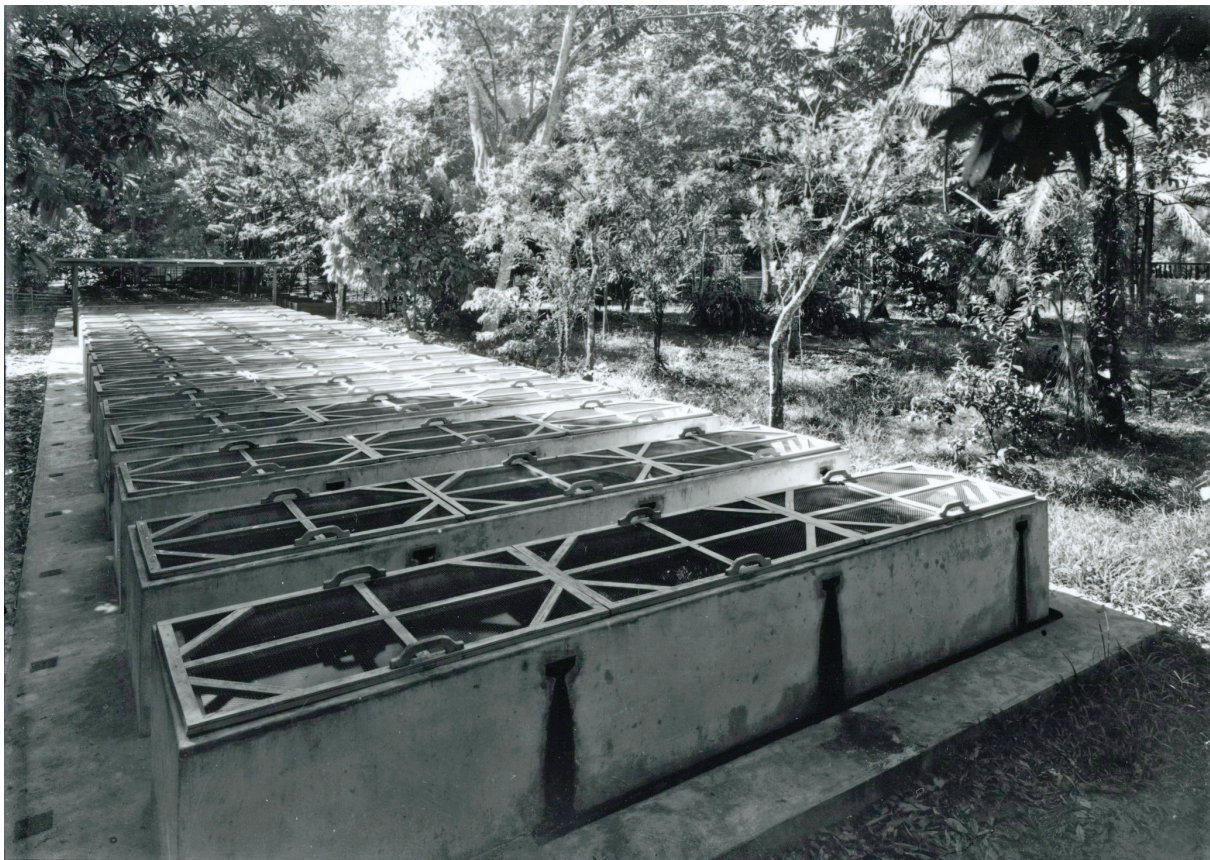


Figura 2: Tanques usados para abrigar alevinos.

Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Reprodução autorizada.

- 18 Carta escrita por CEO ao presidente Getúlio Vargas, sobre o crescimento da reprodução de peixes amazônicos em cativeiro. Belém, 13 nov. 1939 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).
- 19 Relatório administrativo enviado por CEO ao interventor Magalhães Barata relatando os avanços alcançados com os estudos ictiológicos no estado do Pará. Belém, 25 fev. 1943 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira).



Figura 3: Lagos usados para a criação e reprodução de peixes de grande e médio porte.

Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Reprodução autorizada.



Figura 4: Visita de Getúlio Vargas ao Museu Paraense. À sua direita está o interventor federal, José Carneiro da Gama Malcher, e, à esquerda, vê-se o diretor da instituição, Carlos Estêvão de Oliveira.

Fotógrafo e data não identificados. Fonte: Museu do Estado de Pernambuco/MEPE
Coleção fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira. Reprodução autorizada.



Figura 5: Visita de Getúlio Vargas ao Museu Paraense. Nessa foto, observa-se Carlos Estêvão de Oliveira apresentando um dos lagos construídos com recursos federais para a reprodução de peixes amazônicos. Fotógrafo e data não identificados. Fonte: Museu do Estado de Pernambuco/MEPE Coleção fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira. Reprodução autorizada.

Foi de fundamental importância também o suporte técnico-científico prestado pela Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (CTPN)²⁰ nesse processo. Essa parceria contribuiu para que o MPEG conseguisse elevar a produção de diferentes espécies de peixes através do uso da hipofisacção. Tais procedimentos eram realizados no laboratório de ictiologia da instituição sendo, inicialmente, supervisionados por técnicos e biólogos da CTPN com a anuência de Rodolpho von Ihering (1883-1939),²¹ chefe desse órgão, a quem José Malcher e CEO requisitaram assessoria técnica e científica. Tal medida foi justificada porque não havia, até então, pessoal especializado na cidade de Belém para tal mister e os cursos de capacitação para a formação de profissionais para atuar nessa área não eram realizados regularmente no Brasil. Por exemplo,

20 A CTPN foi fundada em 1932 pelo ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida (1887-1980), no estado do Ceará, com a promulgação do Decreto n. 19.726, ficando subordinada à Inspeção Federal de Obras Contrás Secas (Ifocs) até 1945, quando foi requalificada institucionalmente e passou a ser de responsabilidade da Diretoria de Pesca, Piscicultura e Aquicultura. Através de três Inspeções Regionais, esse órgão atuou em vários estados nordestinos, a saber: 1) Piauí e Ceará; 2) Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; 3) Alagoas, Sergipe e Bahia. A CTPN teria o objetivo de: "a) Promover o povoamento das águas internas do Nordeste com peixes de boa qualidade, prolíferos e precoces; b) metodotizar as pescarias e determinar as épocas de sua realização; c) divulgar os processos de conservação do pescado (Oliveira, 2022).

21 CEO faz uma homenagem a Rodolpho von Ihering por contribuir no desenvolvimento dos estudos ictiológicos no Pará e no Brasil ao batizar o laboratório de pesquisas ictiológicas do MPEG com o seu nome. Belém, 6 ago. 1942 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

somente em 1943 o Museu Nacional conseguiu atender as demandas dos institutos nacionais de pesquisa interessados no assunto ao promover o curso Sistema Geral de Peixes e Biologia da Pesca, o qual foi ministrado pelo ictiólogo norte-americano George Sprague Myers (1905-1985).²²

Diante das dificuldades enfrentadas pelo MPEG para encontrar pessoal qualificado em Belém para colaborar nos trabalhos técnicos do laboratório, CEO aproveitou o ensejo e selecionou duas funcionárias da instituição para participarem do curso no Museu Nacional, mas apenas uma delas aceitou a proposta e viajou para a capital republicana. A funcionária chamava-se Alba de Albuquerque Maranhão e ocupava o cargo de desenhista-cientista e os conhecimentos que adquiriria nas aulas do curso Sistema Geral de Peixes e Biologia da Pesca contribuiriam para a sua profissionalização e também beneficiariam o MPEG, pois CEO apostava na reprodução institucional. Alba Maranhão²³ permaneceu na capital federal por mais de dois meses assistindo as aulas ministradas pelo ictiólogo norte-americano e todas as despesas que a funcionária do museu tivera em seu tempo de permanência foram subvencionadas pelo interventor Magalhães Barata a pedido de CEO.²⁴ Cabe lembrar que nesse período, Barata havia sido nomeado novamente interventor do estado do Pará.

Visava-se com a produção em larga escala de peixes amazônicos nas instalações do parque zoobotânico do MPEG o povoamento dos açudes situados nos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, locais para onde CEO remeteu várias remessas de alevinos. Esse projeto desenvolvimentista favoreceu o estabelecimento de uma complexa e estreita cooperação interinstitucional formada pelo MPEG, a CTPN, a Inspetoria de Obras Contra a Seca (Ifocs), e o Ministério da Viação e Obras Públicas²⁵ e seu objetivo era, conforme dito, diversificar e ampliar a produção de proteína animal no país, criar um mercado interno consumidor e solucionar o problema da nutrição no país.

O apoio que o Museu Goeldi recebeu na Era Vargas revela a capacidade de articulação que o seu administrador sustentou com os executivos estadual e federal e também com diversos institutos de pesquisa nacionais. Ao aderir os planos nacionalistas de Vargas, CEO garantiu ao MPEG estabilidade na burocracia estatal e o elevou à condição de patrimônio nacional brasileiro. Essa parceria foi consolidada com a intercessão dos interventores Magalhães Barata, ainda em seu primeiro mandato, e também com o apoio político de José Malcher (1872-1956),²⁶ seu

22 CEO, através de correspondência remetida em 1943 à Heloísa Alberto Torres, então diretora do Museu Nacional, elogia sua iniciativa por ter conseguido trazer o ictiólogo George Sprague Myers para ministrar o curso de Sistemática Geral de Peixes e Biologia da Pesca no Brasil. Belém, 29 maio 1943 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

23 Cabe lembrar que a desenhista-cientista do MPEG havia sido convidada a participar do curso de piscicultura em Fortaleza (CE) em 1941, isto é, dois anos antes do curso que seria ministrado nas dependências do Museu Nacional por George Sprague Myers. Belém, 29 jan. 1941 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

24 Alba Maranhão remeteu uma missiva ao interventor Magalhães Barata agradecendo pelo apoio financeiro concedido a ela. CEO foi quem intermediou a entrega da carta ao interventor e sugeriu que a mesma fosse guardada em seu arquivo pessoal. Belém, 27 abr. 1943 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa).

25 Belém, 25 fev. 1943 (Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira).

26 José Carneiro da Gama Malcher governou o estado do Pará de 1935 à 1937. Com o advento do Estado Novo

sucessor no governo do estado do Pará e depois interventor, quando favoreceram essa aproximação. Tanto Barata quanto Malcher podem ser considerados os elos que uniram o MPEG ao governo federal e às suas políticas nacionalistas.

Ingrid Casazza (2017, 2020), ao estudar a atuação científica e política do botânico Paulo Campos Porto no aparelho estatal do governo Vargas, constatou, por meio de sua análise, como esses intelectuais estiveram bastante atuantes nesse período, seja definindo pautas, desenvolvendo projetos científicos, educacionais e culturais, aprovando leis, dentre outras coisas. Esse grupo de intelectuais – aparentemente coeso – buscava consolidar suas carreiras profissionais e não hesitaram em aderir aos planos nacionalistas de Getúlio Vargas, na expectativa de obterem apoio político e financeiro aos seus projetos institucionais. Essa reflexão se opõe a ideia de que esse grupo social estivesse agindo de forma desinteressada, motivados unicamente por forte sentimento nacionalista, como se o Estado fosse o único agente desse processo, exercendo controle absoluto de todos os setores da sociedade, em detrimento de outros interesses.

Considerações finais

No contexto da Era Vargas, o MPEG teve importância fundamental nos projetos e ações de âmbito federal. O período em questão coincide com o processo de institucionalização da ictiologia no Brasil, que se fez acompanhar pela crescente profissionalização da comunidade científica nacional. O projeto de incentivo à piscicultura no país estava incluído nas políticas públicas de gestão da natureza e de fortalecimento da economia nacional.

O MPEG esteve profundamente engajado nessa política de Estado e durante a administração de CEO estabeleceu-se um intenso intercâmbio científico entre esta instituição e diversos institutos e conselhos técnicos federais, com destaque para a CTPN. Essa cooperação interinstitucional assumiu função estratégica na política desenvolvimentista de Vargas na medida em que conseguiu otimizar a produção em larga escala de peixes amazônicos em cativeiro a partir do uso de conhecimentos técnicos e científicos que viessem tornar a exploração da natureza mais racional e metódica.

Ao pautar suas ações em defesa dos ideais de modernidade, tecnocracia e cientificismo, CEO procurava estabelecer uma sintonia entre a agenda científica do MPEG e a agenda política do presidente Vargas. Foi em sua gestão que as primeiras tentativas de federalização do MPEG foram ensaiadas, o que não chegou a acontecer à época. Somente em 1953, quando a instituição se encontrava a beira de um colapso institucional, foi que o governo do Pará agiu de maneira mais propositiva junto ao governo federal, no momento em que eram criados o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951, e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em 1952. A partir de então, na gestão de Armando Bordallo da Silva (1950-1954), um plano foi implementado para a restauração do Parque Zoobotânico, a fim de conservar o seu conjunto arquitetônico. Logo em seguida, em 1955, o MPEG foi federalizado, tornando-se um departamento do Inpa até 1983 (Maio, Sanjad, Drummond, 2005).

(1937-1945), Malcher foi nomeado interventor federal desse estado em 1937, ficando no cargo até 1943, quando Magalhães Barata o substituiu.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, R.P. "Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, n. 2, p. 453-468, 2010.
- ARNOLD, D. *La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura e la expansión da Europa*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- CAMARGO, A. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 39-50.
- CARVALHO, J.M. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, M.C. (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 55-81.
- CARVALHO, M.A.R. A crise e a refundação republicana, em 1930. In: CARVALHO, M.A.R. (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2001. p. 89-109.
- CASAZZA, I.F. *Proteção do patrimônio nacional brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.
- CASAZZA, I.F. Desenvolvimentismo e conservacionismo na Era Vargas, 1930-1945: a atuação científica de Paulo Campos Porto. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v. 27, n. 2, p. 411-430, 2020.
- CHUVA, M.R.R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- COELHO, M.C. Fronteiras da história, limites do saber: a Amazônia e seus intérpretes. In: QUEIROZ, J.M.; COELHO, M.C. (orgs.). *Amazônia: modernização e conflitos (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/Naea; Macapá: Unifap, 2001.
- COSTA, R.P. Carlos Estêvão de Oliveira e o Museu Paraense Emílio Goeldi (1930-1945). *Revista História das Ciências e do Ensino*, v. 10, p. 39-59, 2014.
- CUNHA, O.R. *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Paraense Emílio Goeldi, I*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.
- DINIZ, E. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 21-38.
- DUARTE, R.H. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil (1926-1945)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- FIGUEIREDO, A.M. Parque da Cidade, Museu da Nação: nacionalismo, modernismo e instituições científicas na Amazônia (1930-1945). In: FAULHABER, P.; TOLEDO, P.M.T. (orgs.). *Conhecimento e fronteira: história das ciências na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 181-204.
- FRANCO, J.L.A. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional. *Varia Historia*, n. 26, p. 77-96, 2002.
- FRANCO, J.L.A.; DRUMMOND, J.A. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- GARFIELD, S. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 19-65, 2009.
- GUILLEN, I.C.M. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, n. 9, p. 95-102, 1997.
- GRUPIONI, L.D.B. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 1998.

- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- LEAL, D.R.G. *Expropriação, litígio e ressignificação espacial na gênese do Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- MAIO, M.C.; SANJAD, N.; DRUMMOND, J.A. Entre o global e o local: a pesquisa científica na Amazônia do século XX. *Ciência & Ambiente*, v. 31, p. 147-166, 2005.
- MALHANO, C.E.S.M.B. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do estado (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Lucerna: Faperj, 2002.
- OLIVEIRA, E.R.M.B. *História da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste: helmintologia, limnologia, ictiologia e botânica (1932-1945)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2022.
- PANDOLFI, D.C. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: Jorge FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- SANJAD, N. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.
- SECRETO, M.V. “Mais borracha para a vitória”: campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas. *Estudios Rurales*, Bernal, v. 1, n. 1, p. 79-107, 2011.
- VELLOSO, M.P. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, L.L.; VELLOSO, M.P.; GOMES, A.C. (orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.
- WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, (1850-1920)*. Trad. Lólito Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec; EdUSP, 1993.
- WEINSTEIN, B. Modernidade tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria. *Revista do IEB*, n. 45, p. 153-176, 2007.

Recebido em novembro de 2022

Aceito em março de 2023